



PROGRAMAÇÃO

As Mídias Sociais e a Violência de Gênero

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo Mandato do Diretor: 03/02/2023 a 03/02/2025		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	01 a 28 de junho de 2023		
DATA E HORÁRIO	De 03 a 28 de julho de 2023 Aulas síncronas: 07, 14 e 21 de julho, das 10h às 11h30min.		
TIPO DE ATIVIDADE (Res. 11/2020 ENFAM)	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	20 horas
MODALIDADE	EAD com tutoria Síncrona e Assíncrona	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/) e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Breve introdução: Impactos das redes sociais na violência doméstica; Quem é mulher: mulher, sexo feminino e gênero; Sociedade digital e novas ferramentas de violência contra a mulher; Quarta onda do feminismo; Conceito de violência psicológica; Redes sociais como gatilhos de violência contra a mulher e feminicídio; Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Web 4.0; Novas Leis: Lei 11.340/2006 e Lei 13.642/2018; Tecnologia e novos crimes: <i>stalking</i> e <i>revenge porn</i> ; Medidas protetivas; Redes sociais como meios de enfrentamento da violência de gênero; Responsabilidade civil e penal; Efeitos da sentença condenatória.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas em Direito Penal; Temas em Processo Penal Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Temas em Tecnologia, IA e Redes Sociais; Democracia 4.0; Direitos Humanos, Gênero, Racismo e Diversidade; Agenda 2030 e temas de Cooperação Internacional;		

<p>JUSTIFICATIVA</p>	<p>Os novos meios de comunicação na era da sociedade digital impactam nas questões de gênero, especialmente a violência contra as mulheres, constituindo não apenas mecanismo de agravamento, mas também de enfrentamento da violência. Conhecer os reflexos das manifestações difundidas pelas redes sociais é fundamental para a proteção dos Direitos Humanos, em especial a garantia da igualdade de gênero, proposta por este curso.</p> <p>As novas redes sociais e canais de rede, em especial o YouTube, Instagram, Twitter e canais virtuais passaram a constituir mecanismos individuais de violência e controle sobre as mulheres nas relações de gênero. O Direito Penal vem acompanhando essas mudanças e criminalizando as novas condutas, já identificadas como <i>stalking</i>, <i>revenge porn</i> (pornografia de vingança) e <i>cyberbullying</i>.</p> <p>A dificuldade de serem estabelecidos mecanismos morais e legais para que sejam impostos limites éticos aos usuários das redes, propagadores de informações nas redes abertas, torna urgente o estudo sobre o tema, diante da altíssima velocidade e capacidade de produzir danos irreparáveis nas mulheres em razão da violência de gênero. Em contrapartida, a falta de controle das informações produzidas em rede contribui positivamente para o combate ao silêncio das minorias, o pluralismo de opiniões e o debate livre de temas como gênero, misoginia e religião, marcados historicamente por discursos de ódio.</p> <p>É importante refletir e reconhecer o mecanismo das redes como recurso de garantia do direito à informação, útil na medida em que adota uma linguagem simples e acessível, sempre atentos ao fato de que jamais servirão com exclusividade na proteção que se pretende.</p> <p>Assim, o presente curso encontra sua justificativa na necessidade de capacitar os juízes a refletir sobre as questões da violação dos direitos das mulheres pelo gênero e verificar as mudanças trazidas pela era digital, contribuindo para a mudança social com a prevenção da violência e a erradicação da discriminação de gênero por meio dos modernos mecanismos da sociedade digital.</p>
<p>OBJETIVO GERAL</p>	<p>Os Magistrados estarão aptos a identificar se os novos canais de comunicação, incluindo as redes sociais, se mostram eficazes como propulsores do direito fundamental à informação e mecanismos de garantia de Direitos das Mulheres, e, em caso positivo, refletir acerca dos meios para aprimorar a proteção. E, em caso negativo, estarão aptos a tomar decisões nos casos em que as redes sociais contribuírem para a violação desses direitos.</p>
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS (POR MÓDULO)</p>	<p>Ao final do módulo 1 a(o) magistrada(o) será capaz de distinguir sexo feminino de gênero, reconhecer os impactos das redes sociais diretamente na violência de gênero, bem como o grande papel da tecnologia no combate ao sexismo.</p> <p>Completando o módulo 2, será capaz de identificar as situações que envolvem a violência psicológica, bem como os gatilhos promovidos pelas redes sociais nessa violência e os novos tipos penais, como os crimes de <i>stalking</i> e <i>revenge porn</i>.</p> <p>Finalmente, encerrando o módulo 3, a(o) magistrada(o) será capaz de julgar os casos em que as redes sociais possuíram grande impacto no curso do processo, inclusive</p>

	<p>acarretando em produção legislativa, bem como identificar as ferramentas disponíveis para proteção e prevenção de novos crimes de violência contra a mulher.</p>
<p>DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE</p>	
<p>COORDENAÇÃO E TUTORIA</p>	<p>Coordenadora e Tutora: Tula Correa de Mello</p> <p>Juíza Presidente do III Tribunal do Júri da Capital. Pós-graduada pela EMERJ, Mestre em Criminologia e Ciências Penais e Doutora em Direitos Fundamentais e Novos Direitos. Premiada pelo troféu Patrícia Acioli de Direitos Humanos na categoria trabalho dos Magistrados pelo canal jurídico Justo Eu. Integrante do primeiro grupo de Juízes de Custódia, realizadas no interior do Presídio José Frederico Marques - Benfica. Professora da EMERJ, PUC-Rio e UERJ. Participante do Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação – COGEN, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – COEM, do Grupo de Trabalho do TJRJ para estudos referentes às ações judiciais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Feminicídios, da Comissão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de Monitoramento e Fiscalização dos direitos da população LGBTI+ encarcerada, do Curso para Juízes no combate à Máfia e organizações criminosas na Universidade de Palermo – Itália e do Programa de Reforma Processual Penal pela EMERJ no Centro de Estudios de Justicia de Las Americas - CEJA - Chile.</p> <p>http://lattes.cnpq.br/5145501550830002</p>
<p>DOCENTES AULA SÍNCRONA</p>	<p>Tula Correa de Mello</p> <p>Juíza Presidente do III Tribunal do Júri da Capital. Pós-graduada pela EMERJ, Mestre em Criminologia e Ciências Penais e Doutora em Direitos Fundamentais e Novos Direitos. Premiada pelo troféu Patrícia Acioli de Direitos Humanos na categoria trabalho dos Magistrados pelo canal jurídico Justo Eu. Integrante do primeiro grupo de Juízes de Custódia, realizadas no interior do Presídio José Frederico Marques - Benfica. Professora da EMERJ, PUC-Rio e UERJ. Participante do Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação – COGEN, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – COEM, do Grupo de Trabalho do TJRJ para estudos referentes às ações judiciais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Feminicídios, da Comissão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de Monitoramento e Fiscalização dos direitos da população LGBTI+ encarcerada, do Curso para Juízes no combate à Máfia e organizações criminosas na Universidade de Palermo – Itália e do Programa de Reforma Processual Penal pela EMERJ no Centro de Estudios de Justicia de Las Americas - CEJA - Chile.</p> <p>http://lattes.cnpq.br/5145501550830002</p> <p>Katerine Jatahy Kitsos Nygaard</p> <p>Juíza de Direito em exercício no VI Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Mestranda em Ciências Jurídico-Políticas na Universidade Portucalense Infante Dom Henrique (UPT), Especialista em Gênero e Direito pela Escola da Magistratura do Rio</p>

	<p>de Janeiro (EMERJ), Membro da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência do TJRJ (COEM), Membro do Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero, de Apoio às Magistradas e Servidoras e de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (COGEN), 1ª Vice Presidente do Fórum Nacional de Juízes e Juízas de Violência Doméstica - FONAVID) e Vice Presidente do Fórum de Violência Doméstica da EMERJ.</p> <p>http://lattes.cnpq.br/6701629895443088</p> <p>Caroline Rossy Brandão Fonseca</p> <p>Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUC/PR em 2011. Pós- graduada em Direito lato sensu pela Escola da Magistratura do Paraná-EMAP/PR EM 2012. Atualmente é pós-graduanda em neurociência e comportamento pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC/RS. Professora da EMERJ da disciplina da Técnica de Sentença Penal. Professora e Tutora especializada pela Escola Nacional de Formação de Magistrados (ENFAM) para a formação e treinamento de juízes em formação inicial e continuada. Professora de penal, processo penal e técnica de sentença penal em cursos preparatórios para concursos jurídicos.</p> <p>http://lattes.cnpq.br/4663853405413774</p>
<p>DOCENTES CONTEUDISTAS</p>	<p>Tula Correa de Mello</p> <p>Juíza Presidente do III Tribunal do Júri da Capital. Pós-graduada pela EMERJ, Mestre em Criminologia e Ciências Penais e Doutora em Direitos Fundamentais e Novos Direitos. Premiada pelo troféu Patrícia Acioli de Direitos Humanos na categoria trabalho dos Magistrados pelo canal jurídico Justo Eu. Integrante do primeiro grupo de Juízes de Custódia, realizadas no interior do Presídio José Frederico Marques - Benfica. Professora da EMERJ, PUC-Rio e UERJ. Participante do Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação – COGEN, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – COEM, do Grupo de Trabalho do TJRJ para estudos referentes às ações judiciais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Femicídios, da Comissão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de Monitoramento e Fiscalização dos direitos da população LGBTI+ encarcerada, do Curso para Juízes no combate à Máfia e organizações criminosas na Universidade de Palermo – Itália e do Programa de Reforma Processual Penal pela EMERJ no Centro de Estudos de Justicia de Las Americas - CEJA - Chile.</p> <p>http://lattes.cnpq.br/5145501550830002</p> <p>Chiara Antonia Spadaccini de Teffé</p> <p>Doutora e mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tendo sido aprovada com distinção, louvor e recomendação para publicação. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), quando foi bolsista de iniciação científica do CNPq e da FAPERJ. Atualmente, é coordenadora de pesquisa e publicações da pós-graduação em Direito Digital do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS Rio), em parceria com a UERJ, e professora de Direito Civil e Direito Digital na faculdade de Direito do IBMEC. Leciona em cursos específicos de pós-graduação e extensão do CEPED-UERJ, da PUC-Rio, da EMERJ e do ITS Rio. Membro da Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da OABRJ. Membro da Comissão de Direito Civil do Conselho Seccional do Rio de Janeiro da OAB (2022/2024). Membro do Fórum Permanente de Liberdade de Expressão, Liberdades Fundamentais e Democracia da EMERJ. Membro do Fórum permanente de inovações tecnológicas no Direito da EMERJ. Foi professora substituta de Direito Civil na UFRJ. Associada ao Instituto Brasileiro de</p>

	<p>Estudos em Responsabilidade Civil (IBERC). Atua como advogada em áreas do Direito Civil e do Direito Digital e como consultora em proteção de dados pessoais. http://lattes.cnpq.br/8699457488409780</p> <p>Katerine Jatahy Kitsos Nygaard Juíza de Direito em exercício no VI Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Mestranda em Ciências Jurídico-Políticas na Universidade Portucalense Infante Dom Henrique (UPT), Especialista em Gênero e Direito pela Escola da Magistratura do Rio de Janeiro (EMERJ), Membro da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência do TJRJ (COEM), Membro do Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero, de Apoio às Magistradas e Servidoras e de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (COGEN), 1ª Vice Presidente do Fórum Nacional de Juízes e Juízas de Violência Doméstica - FONAVID) e Vice Presidente do Fórum de Violência Doméstica da EMERJ. http://lattes.cnpq.br/6701629895443088</p> <p>Eric Scapim Cunha Brandão Mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos na UFRJ (Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos - NEPPDH). Especializado em Direito Público e Direito Privado pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Especializado em Psicologia Jurídica pela Universidade Cândido Mendes - AVM. Graduado em Direito pelo Instituto Vianna Junior. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Compõe o Conselho Recursal do TJRJ no biênio 2021/2023 com assento na 4ª Turma Recursal Cível. Também foi Juiz de Direito dos Tribunais de Justiça dos Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ e da Escola de Administração Judiciária do TJRJ, além de cursos jurídicos com ênfase em Direito Civil, Direito do Consumidor, Responsabilidade Civil e Técnica de Sentença. Membro do Conselho de Vitaliciamento do TJRJ. Juiz integrante do Projeto Justiça Itinerante do TJRJ. Membro da Comissão de Juizados Itinerantes do Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE). Membro do Fórum Permanente dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e do Fórum Permanente de Diálogos do Judiciário com a Imprensa da EMERJ. Membro Associado do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (BRASILCON). Professor e Tutor especializado pela Escola Nacional de Formação de Magistrados (ENFAM) para a formação e treinamento de juízes. http://lattes.cnpq.br/7445809454494902</p>
<p>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</p>	<p>O presente curso será composto de aulas síncronas e assíncronas e é formado por 3 módulos de duração de uma semana cada. Cada módulo possui duas aulas de até 30 minutos cada, fórum de discussão, material complementar, podendo ser artigo, livro, podcast ou vídeo e uma questão formativa, a ser respondida ao final do módulo, bem como a avaliação final ao término dos três módulos. Haverá encontros síncronos nos módulos 2 e 3 e a realização de um Mapa Mental no módulo 3.</p>
<p>PROGRAMAÇÃO</p>	
<p>AMBIENTAÇÃO Período: de 03/07 a 04/07</p>	<p>Vídeo de apresentação do curso; Programação; Manual do aluno; Navegando pela Plataforma.</p>

<p>Módulo 1 Período: de 05/07 a 11/07</p> <p>Carga horária: 6 horas</p> <p>Encontro síncrono: 07/07 das 10h às 11h30min</p>	<p>INTRODUÇÃO: OS IMPACTOS DAS REDES SOCIAIS NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO Ementa: Breve introdução: Impactos das redes sociais na violência doméstica; Quem é mulher: mulher, sexo feminino e gênero; Sociedade digital e novas ferramentas de violência contra a mulher; Quarta onda do feminismo.</p> <p>Vídeo aula 1 Tema: Impactos das redes sociais na violência de gênero e quem é mulher. Docente: Tula Mello Conteúdo programático: Novos meios de comunicação na sociedade digital; problemas de gênero; mudanças tecnológicas; sociedade da informação; mobilização virtual; novos tipos penais; orientação sexual versus gênero; conceito de feminicídio; critérios.</p> <p>Vídeo aula 2 Tema: Sociedade Digital e a violência de gênero. Docente: Caroline Rossy Conteúdo programático: Avanço da tecnologia; sociedade patriarcal; redes sociais como fóruns de debates e meios de comunicação com o mundo; novas ferramentas de combate ao sexismo; tecnologia como problema e solução; ciberativismo.</p> <p>Encontro síncrono: 07/07 das 10h às 11h30min. Tema: Violência Psicológica Docente: Caroline Rossy Conteúdo programático: Violência psicológica; conceito; critérios; Lei 11.340/2006; violência psicológica em dados.</p> <p>Avaliação de aprendizagem: participação ativa no fórum de discussão e resposta à questão formativa.</p> <p>Leitura obrigatória: MELLO, Adriana. “Femicídio; uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil”.</p> <p>Material de apoio: Conversa Criminal Podcast: #25 Violência contra a mulher Podcast Feminismos: algumas verdades inconvenientes: Diversidade de gênero e orientação sexual.</p> <p>Leitura complementar de aprofundamento (opcional): KARAN, Maria Lúcia. “Violência de Gênero - O Paradoxal Entusiasmo pelo Rigor Penal” Boletim do IBCCRIM, ano 14, nº 168, novembro de 2006. MOORE, Henrietta. “Compreendendo sexo e gênero”. SAFFIOTI, Heleieth. “Gênero, patriarcado, violência”.</p>
<p>Módulo 2 Período: de 12/07 a 18/07</p> <p>Carga horária: 6 horas</p>	<p>VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E REDES SOCIAIS Ementa: Conceito de violência psicológica; Redes sociais como gatilhos de violência contra a mulher e feminicídio; Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Web 4.0; Novas Leis: Lei 11.340/2006 e Lei 13.642/2018; Tecnologia e novos crimes: <i>stalking e revenge porn</i>.</p> <p>Vídeo aula 1</p>

<p>Encontro síncrono: 14/07 das 10h às 11h30min.</p>	<p>Tema: Violência contra a mulher nas redes. Docente: Chiara de Teffé Conteúdo programático: Violência contra a mulher nas redes e no metaverso; conceito de gaslighting; e LGPD.</p> <p>Vídeo aula 2 Tema: Tecnologia e novos crimes. Chiara de Teffé Docente: Chiara de Teffé Conteúdo programático: Marco Civil da Internet; Web 4.0; deep fake; divulgação não autorizada de imagens íntimas; e pornografia de vingança (aspectos cíveis).</p> <p>Encontro síncrono: 14/07 das 10h às 11h30min. Tema: <i>Stalking e Revenge Porn</i> Docente: Tula Mello Conteúdo programático: Violência Psicológica; novos crimes cibernéticos; crime de stalking; conceito; critérios; crime de revenge porn; conceito; critérios.</p> <p>Avaliação de aprendizagem: participação ativa no fórum de discussão e resposta à questão formativa.</p> <p>Leitura obrigatória: TEFFÉ, C.S., MORAES, M.C.B., “Redes sociais virtuais: privacidade e responsabilidade civil”.</p> <p>Material de apoio: Podcast Psicast: Sinais de violência psicológica Vídeo: Relatos da pesquisa “O Poder Judiciário no enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres”.</p> <p>Leitura complementar de aprofundamento (opcional): FREITAS. K.K.N. “A Pornografia de Vingança e a culpabilização das vítimas pela mídia”. KOSAK, M.M. et. al. “Gaslighting e mansplaining: As formas da violência psicológica”. SILVA, L.L. et. al. “Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica”.</p>
<p>Módulo 3 Período: de 19/07 a 25/07</p> <p>Carga horária: 6 horas</p> <p>Encontro síncrono: 21/07 das 10h às 11h30min.</p>	<p>CIBERATIVISMO Ementa: Medidas protetivas; Redes sociais como meios de enfrentamento da violência de gênero; Responsabilidade civil e penal; Efeitos da sentença condenatória.</p> <p>Vídeo aula 1 Tema: Ciberativismo. Docente: Katerine Jatahy Kitsos Nygaard Conteúdo programático: Medidas protetivas; redes sociais como meios de enfrentamento da violência de gênero; Campanha Sinal Vermelho; Caso Mari Ferrer; Caso Mahsa Amini; #MeToo; #MeuAmigoSecreto.</p> <p>Vídeo aula 2</p>

	<p>Tema: Responsabilidade civil e penal. Docente: Eric Scapim Cunha Brandão Conteúdo programático: Responsabilidade civil; responsabilidade penal; efeitos da sentença condenatória; responsabilidade dos danos.</p> <p>Encontro síncrono: 21/07 das 10h às 11h30min. Tema: O combate à violência de gênero pelo TJRJ Aplicativos de enfrentamento Docente: Katerine Jatahy Kitsos Nygaard Conteúdo programático: Maria da Penha virtual; Rede Mulher; tornozelas eletrônicas com geolocalização; desempenho do TJRJ no combate à violência de gênero.</p> <p>Ferramenta ativa: Mapa Mental: Tema Ciberativismo</p> <p>Avaliação de aprendizagem: participação ativa no fórum de discussão e elaboração do Mapa Mental</p> <p>Leitura obrigatória: AURELIANO, G.F.O.N. “Reflexões sobre a Lei 14.188/2021 quanto ao programa de cooperação de sinal vermelho contra a violência doméstica e as consequentes alterações trazidas ao Código Penal e à Lei Maria da Penha”. HENKER, E. PEREIRA, A. “Ciberativismo e feminismo: uma análise das postagens do movimento #meuamigosecreto”.</p> <p>Material de apoio: Vídeo oficial da Campanha Sinal Vermelho contra a violência doméstica. Vídeo oficial do Aplicativo Rede Mulher. Vídeo: The legacy of the ‘Me Too’ movement 5 years later. Vídeo: What difference has #MeToo made? 6 Minute English.</p>
<p>Módulo de Avaliação</p> <p>Período: de 26/07 a 28/07</p> <p>Carga horária: 2 horas</p>	<p>Estudo de caso final Registro Reflexivo Avaliação de Reação Avaliação das Aulas</p>
<p>AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)</p>	<p>Fóruns de discussão: 10 pontos cada (total de 30 pontos) Questões formativas: 10 pontos cada (total de 20 pontos) Mapa Mental: 10 pontos Participação nas aulas síncronas: 5 pontos cada (total de 15 pontos) Avaliação final: 25 pontos</p>

CERTIFICAÇÃO

Registro no SIEM

Emissão de certificado na plataforma Moodle

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

- METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
- AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos alunos e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos alunos de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS ALUNOS:** Os alunos deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
- AVALIAÇÃO.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
- FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
- DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br